



PM-MG

Curso de Formação de Oficiais - CFO

LÍNGUA PORTUGUESA

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	32

NOÇÕES DE LÍNGUA INGLESA

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	41

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	20

DIREITO CONSTITUCIONAL

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	18

DIREITO PENAL

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	18

DIREITO PROCESSUAL PENAL

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	19

DIREITO ADMINISTRATIVO

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	17

SUMÁRIO



DIREITO CIVIL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	18

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE E DIREITOS HUMANOS

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	21

SUMÁRIO



1. Instituto AOCB - Ag Soc/FUNDASE RN/Sem Área/2022

ASSUNTO: LÍNGUA PORTUGUESA (Português) - Fonética (Fonemas, Dígrafos, Encontros Consonantais, Vocálicos). Separação Silábica

Dispositivo emite em tempo real alertas contra enchentes

Rio Branco, capital do Acre, poderá contar em breve com um sistema de alerta contra inundações criado por pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP), campus de São Carlos. Em março deste ano, fortes chuvas fizeram com que o nível do rio Acre, que corta a cidade, ultrapassasse a cota de transbordo, de 14 metros, alagando ruas e casas de cinco bairros do município.

Em meados de junho, uma delegação liderada pelo prefeito de Rio Branco, Sebastião Rodrigues, reuniu-se em São Paulo com o cientista da computação Jó Ueyama, do Instituto de Ciências Matemáticas e da Computação (ICMC) da USP, responsável pela tecnologia, e representantes da Agência USP de Inovação, com o objetivo de finalizar os acordos para a aquisição do sistema. “Ficamos satisfeitos com o interesse da prefeitura de Rio Branco e faremos o que for preciso para licenciar a tecnologia para a cidade”, comentou Ueyama. Se a parceria for concretizada, a capital do Acre será a mais nova cidade brasileira a contar com o dispositivo, já instalado em Rio do Sul, em Santa Catarina, e em São Carlos, no interior de São Paulo — no município paulista, ele é utilizado para testes.

Batizado de e-Noé, o sistema de alerta é composto por uma rede de sensores submersos que monitoram o nível de rios e córregos urbanos. Instalados em pontos do manancial sujeitos a transbordamento, os sensores detectam alterações na coluna d’água e trocam informações entre si por meio de uma rede de comunicação sem fio. Em paralelo, câmeras fotografam o leito do rio, registrando o nível das águas. As imagens e as informações dos sensores são enviadas por sinal de celular para uma infraestrutura em nuvem, onde podem ser acessadas pela Defesa Civil do município ou diretamente pela população.

O sistema e-Noé não evita a inundação, mas fornece informações para quem mora em áreas de risco se precaver e sair de casa antes que a água chegue lá. Em Rio do Sul, a população pode acompanhar a situação do rio Itajaí-Açu no site da Defesa Civil, que, além de apresentar em tempo real o nível do manancial, mostra dados sobre o quanto deve chover no dia. O órgão envia mensagens alertando a população sobre o risco de inundações. “Em maio deste ano, o Itajaí-Açu atingiu 9,74 metros. O sistema de alerta funcionou e permitiu que os moradores tivessem tempo de tirar as coisas de suas residências e proteger suas vidas.

Adaptado de: <https://revistapesquisa.fapesp.br/dispositivo-emite-em-tempo-real-alertas-contras-enchentes/>. Acesso em: 25 jul. 2022.

Assinale a alternativa que apresenta uma análise **correta** das palavras retiradas do texto.

- (A) As palavras “brasileira” e “funcionou” apresentam hiatos.
- (B) As palavras “proteger” e “bairro” apresentam juntas três encontros consonantais.
- (C) As palavras “apresentar” e “site” apresentam em destaque o mesmo fonema.
- (D) As palavras “acessadas” e “chegue” apresentam juntas três dígrafos.
- (E) As palavras “município” e “nível” apresentam ditongos.

2. INSTITUTO AOCB - AG SOC/FUNDASE RN/SEM ÁREA/2022

ASSUNTO: LÍNGUA PORTUGUESA (Português) - Formação e Estrutura das Palavras

Dispositivo emite em tempo real alertas contra enchentes



1. VUNESP - PAA/UNICAMP/Técnico em Administração/2023

ASSUNTO: LÍNGUA INGLESA (Inglês) - Gramática (inglês)

Throughout the 20th century the study and practice of public administration was essentially realistic and normative rather than theoretical and value free. This may explain why public administration, unlike some social sciences, developed without much concern about a general theory. Not until the mid-20th century and the dissemination of the German sociologist Max Weber's theory of bureaucracy¹ was there much interest in a theory of public administration. Most subsequent bureaucratic theory, however, was addressed to the private sector, and there was little effort to relate organizational to political theory.

A key principle of public administration has been economy and efficiency – that is, the provision of public services at the minimum cost. This has usually been the stated objective of administrative reform. Despite growing concern about other kinds of values – such as responsiveness to public needs, justice and equal treatment, and citizen involvement in government decisions – efficiency continues to be a major goal.

In its concern with efficiency and improvement, public administration has focused frequently on questions of formal organization. It is generally held that administrative problems can be at least partly corrected by reorganization. Many organizational principles originated with the military, a few from private business. They include, for example: (i) arranging departments, ministries, and agencies on the basis of common or closely related purposes, (ii) grouping like activities in single units and (iii) equating responsibility with authority.

1 BUREAUCRACY = ADMINISTRATION, ORGANIZATION.

(<https://www.britannica.com/topic/public-administration>. Adaptado)

No segundo parágrafo, o trecho – that is, the provision of public services at the minimum cost – tem como objetivo apresentar

- (A) uma justificativa.
- (B) uma explicação.
- (C) uma exemplificação.
- (D) uma conclusão.
- (E) uma condição.

2. VUNESP - PAA/UNICAMP/ANALISTA DE COMÉRCIO EXTERIOR/2023

ASSUNTO: LÍNGUA INGLESA (Inglês) - Gramática (inglês)

European companies dealing with the most alarming energy crisis and inflation in four decades are bracing for a fresh shock: wage inflation and the increasing threat of worker actions. The theme has emerged this earnings season, with many of Europe's most prominent companies warning that prices may rise further in 2023 amid tough wage negotiations in a tight labor market. A season of strike action is already in full swing across Europe as workers – who now suffer the most dramatic real income decline in years – push for higher pay.

With productivity almost flat and a number of countries in the euro area, as well as Britain, entering recession, the wage demands could put additional pressure on company's bottom lines. "We're watching this very closely," Nestlé SA chief Executive Officer told Bloomberg Television. "In most industrial European countries those negotiations for '23 will unfold during the winter and first quarter."

Some companies are already dealing with walkouts. For example, in November 2022, as red banners and whistling filled the air, Airbus SE employees marched out of an assembly plant in Bremen, Germany, in a bid to secure an 8% pay rise. Negotiating on behalf of 3.9 million manufacturing workers, IG Metall (Germany's most powerful workers' union) argued that wage hikes were needed to meet rising energy bills. In response, the



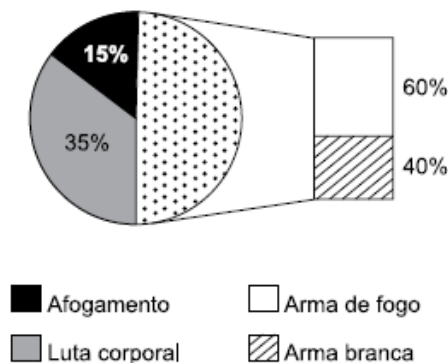
Raciocínio Lógico-Matemático

1. VUNESP - AUX NEC/PC RR/2022

ASSUNTO: ESTATÍSTICA - Formas Gráficas de Apresentação de Dados Agrupados por Valor

Do total de mortes registradas pela polícia civil de determinado estado no mês de agosto de 2022, o gráfico apresenta a distribuição percentual, de acordo com a causa da morte:

Mortes registradas pela Polícia Civil em agosto de 2022
Causa da morte



Sabendo-se que, das mortes ocasionadas por arma, 40% foram por meio de arma branca e 60% foram por meio de arma de fogo, é **correto** afirmar que, do total de mortes registradas pela Polícia Civil daquele estado, em agosto de 2022, o número de mortes por meio de arma branca corresponde a

- (A) terça parte.
- (B) quarta parte.
- (C) quinta parte.
- (D) sexta parte.
- (E) sétima parte.

2. CEBRASPE - Esc Pol/PC RO/2022

ASSUNTO: ESTATÍSTICA - Eventos e Espaço Amostral

Os eventos A_1 , A_2 , A_3 e A_4 formam uma partição do espaço amostral Ω , de tal sorte que

$$P(A_k) = \frac{k}{10'}$$

em que $k \in \{1, 2, 3, 4\}$.

Na situação hipotética apresentada, a probabilidade da intersecção dos eventos complementares de A_2 , A_3 e A_4 , representada como $P(A_2^c \cap A_3^c \cap A_4^c)$, é igual a

- (A) $\frac{9}{10}$.
- (B) $\frac{42}{125}$.



1. Instituto AOCB - Del Pol/PC PA/2021

ASSUNTO: DIREITO CONSTITUCIONAL - Constituição: Conceito, Estrutura, Supremacia e Classificação

No que se refere à classificação das constituições, assinale a alternativa **correta**.

(A) Quanto ao conteúdo, as constituições podem ser classificadas como constituição garantia ou constituição dirigente.

(B) A constituição classificada como substancial ou material, segundo a doutrina, está mais relacionada ao universo do “ser” que do “dever ser”.

(C) A constituição garantia, que também é chamada de programática ou social, disciplina o mínimo possível de matérias.

(D) O Brasil é regido por uma Constituição classificada pela doutrina, quanto ao conteúdo, como constituição garantia.

(E) O Brasil é regido por uma Constituição classificada pela doutrina, quanto à função, ou finalidade, como constituição formal.

2. VUNESP - DEL POL/PC SP/2022

ASSUNTO: DIREITO CONSTITUCIONAL - Poder Constituinte (Originário, Derivado, Reformador, Revisor, Decorrente, etc)

Poder constituinte originário é o que cria uma Constituição. Assinale a alternativa **correta**, considerando as características desse importante instituto jurídico.

(A) Não é possível a declaração de inconstitucionalidade de norma anterior à Constituição, com ela materialmente compatível, editada com desobediência à Constituição então vigente.

(B) O Poder Judiciário pode exercer controle de constitucionalidade sobre preceitos estatuídos pelo poder constituinte originário.

(C) O poder constituinte originário da origem à nova ordem jurídica, razão pela qual os diplomas infraconstitucionais perdem vigor com o advento de uma nova Constituição.

(D) O princípio da segurança das relações jurídicas não permite a restauração da eficácia de lei que perdeu vigência com o advento de uma nova Constituição, quando esta é revogada por uma terceira Constituição.

(E) As normas supervenientes do poder constituinte originário possuem como regra eficácia retroativa mínima e média e, excepcionalmente, eficácia retroativa máxima.

3. INSTITUTO AOCB - AG POL/PC GO/2022

ASSUNTO: DIREITO CONSTITUCIONAL - Poder Constituinte (Originário, Derivado, Reformador, Revisor, Decorrente, etc)

Depois de intensos debates, a Assembleia Legislativa do recém-criado Estado Beta aprovou a primeira Constituição do Estado. Nesse caso, é **correto** afirmar que a elaboração da Constituição dos Estados-Membros realiza-se pelo poder constituinte

(A) derivado decorrente.

(B) reformador.

(C) originário.

(D) revisor.

(E) difuso.

**1. Instituto AOCP - Ag Pol/PC GO/2022**

ASSUNTO: DIREITO PENAL - Princípios da Legalidade e Anterioridade Penal e Demais Princípios Decorrentes (art. 1º do CP)

Vagner é agente da Polícia Civil de Goiás e se depara com o seguinte Boletim de Ocorrência: determinado homem noticiado teria financiado uma mulher de 18 anos de idade, recém-completos, para que ela lhe fizesse favores sexuais. Vagner, em vez de diligenciar para apurar os fatos, opta por encaminhar o procedimento ao Delegado de Polícia, recomendando pedido de arquivamento. Segundo Vagner, o fato apurado **NÃO** constitui delito por violação ao

- (A) princípio da anterioridade.
- (B) princípio do ne bis in idem.
- (C) princípio da taxatividade.
- (D) princípio da legalidade.
- (E) princípio da razoabilidade.

2. VUNESP - ESC POL/PC RR/2022

ASSUNTO: DIREITO PENAL - Princípios da Legalidade e Anterioridade Penal e Demais Princípios Decorrentes (art. 1º do CP)

Com relação ao princípio da legalidade no direito penal, é **correto** afirmar que

- (A) ninguém poderá ser punido por conduta que não esteja previamente definida como crime por lei em sentido estrito.
- (B) embora se trate de princípio basilar do direito penal, não consta expressamente da Constituição Federal.
- (C) é permitido o uso de normas penais vagas e imprecisas, possibilitando ao julgador ampla discricionariedade no enquadramento legal de condutas como criminosas.
- (D) é permitido o uso de analogia, a fim de punir penalmente condutas que atentam contra a moral e os costumes, ainda que não tipificadas como criminosas.
- (E) não há crime sem lei anterior que o defina, estando facultado ao juiz determinar a pena sem prévia cominação legal.

3. VUNESP - PER PAP/PC RR/2022

ASSUNTO: DIREITO PENAL - Princípios da Legalidade e Anterioridade Penal e Demais Princípios Decorrentes (art. 1º do CP)

Imagine que o Presidente da República, por intermédio de Medida Provisória, torne crime uma conduta "X" que, atualmente, não é criminalizada. Na mesma norma, fica previsto que as pessoas que praticaram a conduta "X" nos seis meses anteriores à edição da Medida Provisória serão criminalmente responsabilizadas. Diante desse cenário, é **correto** afirmar que a Medida Provisória

- (A) é instrumento legislativo hábil a criminalizar condutas, mas sua vigência deve obedecer a um prazo mínimo de 60 dias.
- (B) pode criminalizar condutas, obedecida a vacatio legis de 30 dias, mas não pode retroagir.
- (C) entrará em vigor imediatamente, mas perderá eficácia se não for apreciada em até quarenta e cinco dias contados de sua publicação.
- (D) tem força de lei, mas não atende ao Princípio da Legalidade e a criminalização, portanto, é inconstitucional.
- (E) tem vigência e eficácia a partir de sua adoção, mas não pode retroagir para criminalizar condutas que são anteriores à sua edição.



1. FGV - Inv Pol/PC RJ/2022

ASSUNTO: DIREITO PROCESSUAL PENAL - Inquérito Policial (arts. 4º a 23 do CPP)

De acordo com a alteração determinada pela Lei nº 13.964/2019, o indiciado poderá constituir defensor nos casos em que policiais figurarem como investigados em inquéritos policiais ou qualquer outra forma de investigação preliminar, cujo objeto seja fato relacionado ao uso da força letal:

- (A) desde que praticado no exercício profissional, de forma consumada;
- (B) que envolva aspecto da atividade funcional policial, de forma consumada;
- (C) desde que praticado no exercício profissional, de forma tentada;
- (D) que envolva aspecto da atividade funcional policial, de forma tentada;
- (E) desde que praticado no exercício profissional, de forma consumada ou tentada.

2. CEBRASPE - DEL POL/PC RJ/2022

ASSUNTO: DIREITO PROCESSUAL PENAL - Inquérito Policial (arts. 4º a 23 do CPP)

Assinale a opção **correta**, acerca de inquérito policial.

- (A) A autoridade policial que preside o inquérito policial para apurar crime de ação penal pública pode, fundamentadamente, decidir sobre a conveniência e(ou) oportunidade de diligências requisitadas pelo Ministério Público.
- (B) O inquérito policial, consoante o princípio da oficialidade, poderá ser instaurado apenas de ofício pela autoridade policial ou mediante requisição do Ministério Público.
- (C) Com base em denúncia anônima de fato criminoso, a autoridade policial pode, independentemente de apuração prévia, instaurar inquérito policial com fundamento exclusivo naquela informação anônima.
- (D) Não se permite ao indiciado qualquer tipo de intervenção probatória durante o inquérito policial.
- (E) O investigado deve ter acesso a todos os elementos já documentados nos autos do inquérito policial, ressalvadas as diligências em andamento cuja eficácia dependa do sigilo.

3. FGV - DEL POL/PC AM/4ª CLASSE/2022

ASSUNTO: DIREITO PROCESSUAL PENAL - Inquérito Policial (arts. 4º a 23 do CPP)

Ao chegar a um "local de fato", ainda não sabendo que se trata de um local de crime, de acordo com o Art. 6º do CPP, a primeira providência da Autoridade Policial deve ser a de

- (A) apreender objetos que tiverem relação com o fato, evitando a perda de objetos potencialmente importantes.
- (B) ouvir o indiciado, a fim de decidir sobre a necessidade de sua detenção imediata.
- (C) prender o suspeito, a fim de evitar sua fuga.
- (D) preservar o local.
- (E) ouvir o ofendido, para que se defina a área a ser isolada.

4. FGV - INV POL/PC AM/4ª CLASSE/2022

ASSUNTO: DIREITO PROCESSUAL PENAL - Inquérito Policial (arts. 4º a 23 do CPP)

A autoridade policial determinou a instauração de inquérito, após receber a notícia da suposta prática do crime de furto mediante fraude eletrônica, definido no Art. 155, § 4º-B, do Código Penal, com a redação dada pela Lei 14.155 de 2021. O delito em questão é de ação penal pública incondicionada.



1. CEBRASPE - Tec Per (PC PB)/PC PB/Área Geral/2022

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO - Origem, Conceito e Fontes do Direito Administrativo

Acerca da administração pública, de seus órgãos e os fundamentos que os regem, assinale a opção **correta**.

- (A) As agências reguladoras possuem poder normativo e autônomo que permite expedir normas gerais.
- (B) Os normativos e a jurisprudência constituem fontes primárias, ou seja, veículos habilitados para criar direitos e obrigações.
- (C) Os costumes são práticas reiteradas da autoridade administrativa, capazes de estabelecer padrões de comportamento e fazer que os administrados esperem aquele modo de agir.
- (D) A supremacia do interesse público impede que o agente público renuncie ao interesse da administração em sede arbitral ou de acordos judiciais.
- (E) Para que seja considerada administração indireta, é necessária a constituição de patrimônio próprio.

2. CEBRASPE - ESC POL (PC RO)/PC RO/2022

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO - Poder Vinculado e Discricionário

A prerrogativa da autoridade pública competente de eleger, entre as condutas possíveis, a que represente maior conveniência e oportunidade ao interesse público decorre do poder

- (A) discricionário.
- (B) finalístico.
- (C) controlador.
- (D) vinculante.
- (E) impessoal.

3. FGV - INV POL (PC AM)/PC AM/4ª CLASSE/2022

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO - Poder Regulamentar

Delegado-Geral de Polícia Civil do Estado Alfa, dentro de sua competência legal, editou ato administrativo geral e abstrato, com efeito erga omnes, para complementar e facilitar a execução de determinada lei, minuciosamente seus termos.

A providência adotada pelo chefe institucional da Polícia Civil estadual está diretamente relacionada ao poder administrativo

- (A) de polícia, eis que editada pelo superior hierárquico da Polícia Civil.
- (B) de segurança pública, que tem prioridade legal, juntamente com o de saúde, sobre os demais poderes administrativos.
- (C) hierárquico, que consiste em um poder de estruturação externa da atividade pública.
- (D) normativo, que não pode contrariar a lei, sob pena de invalidação.
- (E) disciplinar, porque regulamenta atividades administrativas da Polícia Civil.

4. VUNESP - PER PAP (PC RR)/PC RR/2022

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO - Poder Hierárquico

No que concerne ao poder hierárquico, é **correto** afirmar:

- (A) Está alicerçado no jus puniendi do Estado, autorizando-se a impor ao particular e ao servidor a vontade da Administração.



1. VUNESP - Med-Leg (PC RR)/PC RR/2022

ASSUNTO: DIREITO CIVIL - Da Personalidade e da Capacidade (arts. 1º a 10)

O Código Civil em seu art. 6º preceitua que “a existência de pessoa natural termina com a morte”. Qual o nome do instituto jurídico presente no art. 8º do Código Civil que admite a morte simultânea de dois ou mais indivíduos em um mesmo momento, quando não se pode provar quem faleceu primeiro?

- (A) Morte súbita.
- (B) Primoriência.
- (C) Docimásia da agonia.
- (D) Premoriência.
- (E) Comoriência.

2. IBFC - DELEG (PC BA)/PC BA/2022

ASSUNTO: DIREITO CIVIL - DEFEITOS OU VÍCIOS DO NEGÓCIO JURÍDICO (ARTS. 138 A 165)

Lúcia, por inexperiência, adquire de Beatriz um veículo pelo quadruplo do valor de mercado. Acerca no negócio jurídico descrito, assinale a alternativa **correta**

- (A) Lúcia poderá pleitear a anulação do negócio jurídico, visto que restou caracterizada a fraude contra credores.
- (B) Tendo em vista que restou caracterizada a simulação no caso narrado, o negócio jurídico é anulável no prazo decadencial de cinco anos.
- (C) O prazo prescricional para pleitear a anulação do negócio jurídico é de três anos.
- (D) No caso narrado restou caracterizar a lesão, que ocorre quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, obriga-se a prestaçãomanifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.
- (E) Diante do narrado, é possível dizer que houve coação por parte de Beatriz.

3. FGV - GP (PREF PAULÍNIA)/PREF PAULÍNIA/2021

ASSUNTO: DIREITO CIVIL - Da Personalidade e da Capacidade (arts. 1º a 10)

De acordo com o Código Civil (Lei nº 10.406/02), analise as afirmativas a seguir.

- I. Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil.
- II. A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.
- III. São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 18 (dezoito) anos.

Está **correto** o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.



1. CEBRASPE - Aux Per (POLC AL)/POLC AL/2023

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO - Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º-A da Lei nº 8.429/1992)

Acerca da carteira de identidade e da improbidade administrativa, julgue o próximo item.

Para a Lei de Improbidade Administrativa, a voluntariedade do agente caracteriza o dolo.

() CERTO

() ERRADO

2. CEBRASPE - AUX PER (POLC AL)/POLC AL/2023

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO - Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º-A da Lei nº 8.429/1992)

Acerca da carteira de identidade e da improbidade administrativa, julgue o próximo item.

Para efeito da Lei de Improbidade Administrativa, considera-se agente público a pessoa que exerce, transitoriamente e sem remuneração, função em entidade pública.

() CERTO

() ERRADO

3. FGV - INV POL (PC AM)/PC AM/4ª CLASSE/2022

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO - Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º-A da Lei nº 8.429/1992)

Pedro, Investigador de Polícia Civil do Estado Alfa, de forma dolosa, permitiu e concorreu para que a pessoa jurídica privada, sociedade empresária Beta, que atua no ramo de vigilância patrimonial, utilizasse bens consistentes em armas e munições da delegacia de polícia onde está lotado, ao arrepio da lei. Em troca do ato ilícito, Pedro recebia uma mesada mensal, isto é, propina de dez mil reais todo dia primeiro de cada mês.

No caso em tela, além de gerar a responsabilização de Pedro por ato de improbidade administrativa, a Lei nº 8.429/92 (com as alterações da Lei nº 14.230/21) dispõe que os sócios e os diretores da pessoa jurídica de direito privado

(A) não respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado ao agente público, pois não se aplica a quaisquer particulares, seja pessoa física, seja pessoa jurídica, o regime jurídico previsto na lei de improbidade;

(B) não respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado ao agente público, pois não se aplica aos particulares pessoas físicas o regime jurídico previsto na lei de improbidade.

(C) respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado ao agente público, independentemente de terem participação e benefícios diretos, bem como de ter ocorrido prejuízo ao erário.

(D) respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica, independentemente de terem participação e benefícios diretos, desde que seja comprovado prejuízo ao erário.

(E) não respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica, salvo se, comprovadamente, houver participação e benefícios diretos, caso em que responderão nos limites da sua participação.

4. CEBRASPE - DEL POL (PC RO)/PC RO/2022

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO - Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º-A da Lei nº 8.429/1992)

Considerada a disciplina legal acerca da improbidade administrativa, observada a Lei n.º 8.429/1992 (LIA) com as alterações promovidas pela Lei n.º 14.230/2021, assinale a opção **correta**.